

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em **Sessão de caráter Ordinário**, por videoconferência, sob a Presidência do Sr. **Fábio Mousinho Pinto** e secretariada pela Sra. Joana Aruil, 1ª Secretária e pelo Sr. Paulo Nogueira, 2º Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

II. Período de Intervenção do Público

III. Ordem do Dia

Ponto Um – Apresentação dos Relatórios sobre a actividade das Comissões Especializadas Permanentes

Ponto Dois – Informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia – Atividade no período de 1 de Abril a 31 de Maio de 2021 - Conhecimento

Ponto Três – Relatório de Gestão do ano de 2020 – Aprovação

Ponto Quatro – Inventário e Património – Conhecimento

Ponto Cinco – Isenção de taxas de publicidade e OVP, no âmbito do surto Covid19 – Aprovação

5 a) – Isenção de cobrança de renda de quiosque;

5 b) – Isenção de pagamento da concessão de lugar no Mercado Retalhista

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: Na bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), a eleita Ângela Bordalo foi substituída pela Sra. Isabel Maria Rodrigues Pato, a eleita Helena Freitas foi substituída pela Sra. Marília Branco; na bancada do Partido Socialista (PS) o eleito Telmo Soares foi substituído pelo Sr. João Tremeço e o eleito Pedro do Canto foi substituído pela Sra. Mariana Cordeiro.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia de Vialonga

Mesa:

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Joana Aruil (CDU), 1ª Secretária
- Paulo Nogueira (CDU), 2º Secretário

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Paulo Basílio
- Ana Margarida Penedo
- Isabel Pato
- Marília Branco

Bancada do Partido Socialista (PS)

- João Tremeço
- Pedro Fernandes
- Mariana Cordeiro
- Bruno Cordeiro

Bancada do Bloco de Esquerda (BE)

- Lina Batista

Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)

- Célia Duarte

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

- **Bancada da CDU:** Ângela Bordalo e Helena Freitas
- **Bancada do PS:** Pedro do Canto e Telmo Soares
- **Bancada da Coligação Mais:** Não aplicável
- **Bancada do BE:** Não aplicável
- **Bancada do CDS-PP:** Não aplicável

O Executivo esteve representado pelos seguintes membros:

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Paulo Antunes (Tesoureiro)
- Jorge Cipriano (Vogal)

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos presentes em videoconferência (membros do Executivo da Junta de Freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas no público).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia (PMAF)**, Fábio Mousinho Pinto, depois de cumprimentar todos os presentes, deu início a mais uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Vialonga, realizada por videoconferência. Informou ter todas as substituições recepcionadas e tinha a confirmação que os eleitos estavam todos presentes à exceção da eleita Lina Batista, da bancada do Bloco de Esquerda, que, por motivos pessoais, juntar-se-ia mais tarde, bem como eventualmente o eleito da bancada do Partido Socialista, Bruno Cordeiro. Posto isto, passou então a palavra à 1ª Secretária da Mesa, Sra. Joana Aruil, para que procedesse à leitura da correspondência remetida ao Executivo.

A 1ª **Secretária, Joana Aruil**, informou ter havido apenas a receção de um convite para a tomada de posse dos órgãos sociais eleitos do triénio 2021/2023 da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

O Sr. **PMAF** aproveitou para dar nota aos presentes que os serviços administrativos estavam a reunir as condições, para fazerem chegar a ata da última AF para a votação dessa mesma acta ao dia de hoje o que não foi possível, tendo que, naturalmente, depois, em sede eventualmente de reunião de conferência de representantes, encontrar uma possível alternativa, para fazer a votação devida dessa acta, considerando que, em condições normais, esta poderia ser eventualmente, a última sessão ordinária deste mandato autárquico e que, por este motivo, teriam que equacionar alternativas para ver como fariam a votação da outra acta. Assim sendo, uma vez que não tinha chegado à mesa, questionou as bancadas se tinham porventura alguma moção ou algum voto de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar que quisessem fazer chegar à mesa. Depois de cada bancada se ter pronunciado no sentido de não terem nada a apresentar nem a transmitir o Sr. **PMAF** deu início às inscrições das bancadas para intervenções do período antes da ordem do dia.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito João Tremeço do PS.

João Tremeço (PS): Cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção se traduzia em duas questões. Uma tinha a ver com um buraco fundo existente na estrada na Rua do Jardim, no Lugar dos Mogos e queria saber se a JF já tinha informado o município, dado se tratar de uma situação que se prolongava no tempo. A segunda questão tinha a ver com a EDP: sabendo que o assunto não era da responsabilidade directa da JF, referiu ser importante que a mesma reportasse à EDP a verificação dos postes de iluminação na Quinta da Flamengo. Os postes de iluminação em questão estavam colocados na primeira fase da construção de iluminação, possivelmente, havia cerca de 30 anos. Um tinha caído havia duas semanas, estavam em muito mau estado na parte junto ao solo, devido à corrosão dos anos, havendo mais dois postes em iguais circunstâncias. Voltava a frisar: era importante que a JF reportasse esta situação para ser feita uma vistoria à real situação dos mesmos.

A **1ª Secretária** passou a palavra ao Sr. Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais.

Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais, mais uma vez, cumprimentava todos os presentes. Colocou uma questão ao Sr. PJF, embora sabendo não ser da responsabilidade directa do Executivo da Junta, mas finda a "primeira semana", queria saber se tinha algum *feedback* da actividade, visto que tinha sido pública a manifestação do director clínico, Dr. Medina do Rosário, em relação às condições em que aquele centro de saúde prestava a sua actividade actualmente. Queria saber se porventura o Sr. PJF tinha algum esclarecimento adicional que pudesse fazer chegar à sua bancada.

A **1ª Secretária** com permissão do Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita Célia Duarte (CDS-PP).

Célia Duarte (CDS) cumprimentou os presentes, assim como quem os assistia em casa via online. A sua intervenção tinha a ver com as comunicações, sabendo que também não era da competência directa da JF, queria saber que conhecimento tinha o Sr. PJF deste assunto. A Autoridade Nacional de Comunicações, ANACOM, na renovação dos direitos de utilização de frequências, ou seja as licenças, pelo menos por agora em relação a duas operadoras, a MEO e a Vodafone, obrigava essas operadoras de comunicações a melhorar a cobertura das redes móveis em territórios de baixa densidade populacional, tendo fixado o prazo de um ano, para cumprirem esse objectivo. Era público que a ANACOM tinha referenciado freguesias do concelho de VFX. A pergunta que colocava ao Sr. PJF era se tinha algum conhecimento se a Freguesia de Vialonga (FV) também tinha sido contemplada nessa melhoria, pois, como era do conhecimento geral, muitas localidades tinham uma fraca cobertura de rede com prejuízos para particulares e empresas.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

A segunda questão prendia-se novamente com as lombas da Rua Octávio Pato. No início do mês de Maio tinham dado início a obras na Rua Octávio Pato. Começando por efectuar umas vedações, colocando uns contentores, limitação de lugares de estacionamento e achava assim como o Sr. Presidente também terá julgado que, finalmente, iriam surgir as tão desejadas lombas que vinham falando desde 2017. Mas todo este aparato era para trocarem a paragem de autocarro de sítio, trocaram algumas grelhas de escoamento, mas lombas, nem sinais delas. Achava que nem tão cedo elas iriam chegar. Os lancis que delimitavam o espaço dos contentores, roubavam espaço de estacionamento mas continuavam na mesma, não tinham sido retirados. Foram deixados no local sobrantes de material, dando a ideia que a obra não estava concluída, até porque, junto às grelhas de escoamento, o piso não estava nem sequer remendado. Esse material que estava nessas paletes ocupava lugares de estacionamento, o que já por si só, nesta urbanização, não era fácil. Referia ainda que a nova localização da paragem, cumprindo à regra o Código da Estrada, retirava mais dois lugares de estacionamento, que estavam imediatamente ao lado das ilhas ecológicas. Designou as obras como sendo "muita parra e pouca uva". Questionou o Sr. PJF se tinha informações desta questão.

Alertava uma vez mais para a falta de limpeza dos passeios das paragens de autocarro, dos contentores do lixo, alguns sem tampa e outros todos partidos, sem o pedal de abertura. O mobiliário urbano, nomeadamente os bancos de jardim não tinham as mínimas condições de utilização. Visitando a freguesia conseguiu perceber que existem zonas ao abandono, desde a Fonte Santa, Santa Cruz, Granja, Quintanilho, a "zona do Polanca" na Rua Alves Redol, Quinta da Maranhota, Fonte do Vale, Verdinha do Ruivo. Elucidou o estado dos equipamentos, quer dos abrigos de passageiros, quer dos caixotes, mostrando algumas fotos. Também a falta do corte das ervas na Rua Alves Redol, onde ninguém se sentava no banco de jardim a avaliar pelo crescimento da erva. Na Rua das Terras Compridas havia uma grelha de escoamento que lhe parecia não escoar nada. Aguardava que o Sr. PJF a informasse se tinham ou não terminado as obras, da troca e deslocação da paragem na Rua Octávio Pato cujo espaço não estava limpo. Esta situação era geral um pouco por toda a freguesia quem observasse, verificava que estas situações eram extensíveis de uma ponta à outra da freguesia.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF, para promover as devidas respostas.

O Sr. **PJFV** cumprimentou os membros da AF, também todos os que os seguiam via online.

Respondendo às questões, começava então pela primeira intervenção, do eleito João Tremoço. E esclarecendo estas situações de buracos, existentes por toda a freguesia, nomeadamente nos Mogos, na Vila Lucas, debaixo do túnel, quem ia para Sagres, buracos na estrada, uns resultantes das condições climatéricas, outros que eram por obras do SMAS, na Rua de S. Tomé e Príncipe, enfim, disse somando dezenas deles. A JFV não possuía materiais nem máquinas para fazer esse tipo de trabalhos. Competia à CM, a quem a JFV reportava estes problemas através de um levantamento feito destas situações, deslocar a Vialonga uma viatura, designada de "tapa-buracos" mas a última vez a informação prestada pela CM, era que havia uma avaria na camioneta, há uns 3 meses, e continuavam a aguardar que estas soluções fossem repostas. Gostaria num futuro próximo, que esta competência do tapa-buracos passasse para as JFs, porque se tivessem uma mini-máquina e massas quentes descentralizadas da CM, a JFV teria maior capacidade e orientação de resolver estas situações o mais rápido possível. A orientação em vigor era transmitir à CM, fazer um levantamento, e depois, vem a tal viatura para tapar uma série de buracos pela freguesia. Estas situações já tinham levado a acidentes com pessoas e viaturas.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

Relativamente à EDP, informou que os operadores da EDP andavam em trabalhos de reparação na freguesia, na zona do Quintanilho, com substituição de todos os candeeiros, assim como na Variante. Também tinham comunicado à EDP as várias anomalias que existiam por toda a freguesia, aguardava que viessem a solucionar essas situações, embora estes trabalhos da EDP andassem num ritmo muito lento, substituíam 3, 4 candeeiros, e 3, 4 meses depois apareciam novamente; o reporte de situações era feito através do número de telefone e era a única forma de comunicação com a EDP. Relativamente à modernização de candeeiros, e também à reparação de algumas situações, lembrava que o Parque Urbano da Flamengo, tinha ficado meio ano com 50% de candeeiros apagados. A JFV e a própria CM tinham tido alguma dificuldade de pressionar a EDP. Insistiam e continuavam a insistir e sempre a aguardar. Relativamente às tampas, a JFV, durante muito tempo, andou a soldar as tampas, junto à farmácia do Gentil, para evitar o barulho que aquele bater constante acontecesse, a JFV soldou algumas tampas que estavam todas partidas, o aro à volta acabavam todos partidos, a JFV não tinha capacidade técnica para reparar estes problemas. Reportaram esta situação à CM já havia uns 2 meses. A CM, informou as redes de telecomunicações para virem reparar as caixas mas como não havia penalizações, pelo tempo de demora e pelos constrangimentos que causam à população, as coisas não se resolviam. Agradeceu a informação do eleito e disse que a JFV iria continuar a insistir, porque eram situações que mereciam resoluções rápidas.

Relativamente à questão do Sr. Fábio Mousinho Pinto quanto ao centro de saúde de Vialonga, disse ser uma história muito comprida, e se ao longo do presente mandato tinha havido posições da JF, que tinham sido muito criticadas, porque não compreendiam a obra, não estavam a aceitar que fosse haver melhoramentos teriam as suas razões, porque teria de dizer o seguinte: o actual gabinete (provisório devido à regras de segurança COVID 19) onde o PJF trabalhava já tinha sido o centro de saúde, anexo à Casa do Povo, havia 47 anos. Com o crescimento populacional da freguesia passou a não haver condições, e não havendo, a solução encontrada foi o edifício da Quinta da D.^ª Cândida. Funcionou ainda durante uns anos bons e quando a população atingiu os 10.000 habitantes, foi considerado que o edifício da D.^ª Cândida já não reunia condições, nem tinha elevador para que as pessoas de idade subissem ao 1.^º, 2.^º e 3.^º andar. Encontraram uma alternativa, que foi mudar o centro de saúde para a Praceta 1.^º de Maio, onde funcionou até aos últimos anos, até ao mês passado. Na altura, resolveu um problema, mas teve sempre desde início uma dificuldade que se traduziu na acessibilidade ao local, não havia transportes diretos para os utentes nem para os mais idosos se puderem deslocar. Durante muito tempo, a JFV, a CM e o Intermarché, em cooperação acordaram um aluguer de um mini bus, que circulava pela freguesia e que levava as pessoas ao centro de saúde.

Mais tarde, com o suporte dos custos financeiros, a CM entendeu suspender este tipo de transporte. Ao longo dos meses e anos a população de Vialonga reivindicou um novo centro de saúde. Face a esta reivindicação, a CM entendeu que tinha um edifício, que se chamava "O Ninho de Empresas", e que podia ser uma solução. Logo de início, quando esta solução apareceu, a posição da JF foi a de ter reticências ao edifício em si para ser um centro de saúde. E, portanto, a JFV sempre achou que o que Vialonga merecia era um centro de saúde, construído de raiz, e não o aproveitamento de um edifício que não era para um centro de saúde, era uma empresa que, depois, mais tarde, funcionou como uma escola. Não tinha sido este o entendimento da CM e também não tinha sido este o entendimento de muita gente que fazia parte da AF. A CM achou que era uma obra que valia a pena apoiar e que servia perfeitamente as condições da população de

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

Vialonga. Muita gente tinha criticado a posição da JF, porque não estavam a ser compreensivos com aquela obra. E pensou que, "contra factos, não há argumentos". Informou que muito antes do centro de saúde abrir, tinha tido a oportunidade de reunir com a Comissão de Utentes do centro de saúde, com o coordenador da Unidade de Saúde Dr. Medina do Rosário, onde manifestou a sua preocupação. E, nessa altura, ainda o centro de saúde estava em obras, também recebeu o *feedback* do centro de saúde, dizendo que, efectivamente, não estavam de acordo com as obras que estavam a ser feitas, tinham proposto muitas alterações, mas que não tinham sido consideradas, iriam avançar tal qual estava projectado, e como profissionais de saúde, viram muita dificuldade no seu funcionamento. As entidades competentes não tinham dado ouvidos, tinham entendido que assim estava correcto, tinham avançado com a obra, estava concluída da forma como entenderam. Quanto a si estava mal porque tinham um espaço maior, sala de espera no centro de saúde antigo, para uma população de 10 a 12.000 habitantes, hoje tinham um espaço para uma população de 22.000 habitantes, com uma sala de espera mais pequena. Logo aí começava a confusão.

Criaram mais gabinetes, mas tornavam-se exíguos. Criaram uma sala de reuniões para o corpo clínico e para o corpo de Enfermagem e de auxiliares, onde as pessoas também não cabiam. Para reunir, teriam de o fazer em duas vezes, porque não havia espaço para todos, mesmo numa situação normal e com o Covid19, era impossível.

Uma das situações que preocupava bastante o executivo, era haver um edifício que respondesse às normas de higiene no seu espaço para concorrer ao sistema de um edifício de qualidade. Quando colocaram esta questão ao Dr. Medina, ele respondeu que mesmo que concorressem para ter esse certificado, por ter um edifício novo, nunca o iriam ter porque todo o material, os pensos, os doentes que entravam para fazer tratamentos, saíam desses gabinetes e tinham que percorrer o corredor onde os utentes aguardavam. Todo aquele material que saía infectado, teria que percorrer todo o corredor do centro de saúde, onde estavam os utentes. Isto era uma das principais situações que impedia, que este centro de saúde alguma vez viesse a ter um certificado de qualidade. O centro de saúde iria remediar, mas não iria resolver os problemas de Vialonga. Estava provado e concluído não era só o executivo da Junta, nem a CDU, mas também o coordenador da Unidade de Saúde e Familiar e as pessoas que lá trabalhavam que vinham publicamente dizer e pedir desculpa à população pelo mau funcionamento, pela pressão que estavam a sentir.

As eleições estavam a 2 meses de acontecer e então era conveniente abrir as portas à pressa, mesmo sem condições, sem material, com avarias eléctricas e toda uma panóplia de situações, que era inaceitável num edifício aberto recentemente. Estavam aqui perante uma situação, onde o dinheiro tinha sido mal aplicado. No entanto na última AM onde esteve presente, viu com pompa e circunstância elogiar a abertura do ninho de empresas, na freguesia de Alhandra, porque segundo o executivo camarário iria fazer muita falta. E interrogou-se mesmo sendo um bom investimento e fazer muita falta na freguesia de Alhandra, fechou-se ao mesmo tempo, na freguesia de Vialonga um ninho de empresas. Transformar aquele espaço num centro de saúde pensava ter sido um erro, talvez fosse resolver de imediato algumas situações, mas dizer que aquele era o centro de saúde, numa freguesia que era a terceira maior do concelho de VFX, mais uma vez, Vialonga não merecia, tinha ficado esquecida sem o centro de saúde feito de raiz, com qualidade para servir a população.

Em relação à questão colocada pela eleita Célia Duarte, a informação que tinha era que as obras na Rua Octávio Pato ainda não tinham terminado, tal como a eleita, colocava ali algumas interrogações, via com alguma preocupação os melhoramentos que estavam a fazer embora não

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

visse ainda as lombas, mas, como sabiam, aquelas obras tinham resultado de um concurso dos moradores ao orçamento participativo, e com uma verba bastante significativa para fazer aquele trabalho, mas iriam aguardar pelo desfecho daquela situação.

A eleita tinha mostrado fotos de contentores partidos, lixo acumulado junto aos contentores, nomeadamente na Granja, também devia ter trazido fotos dos contentores da Verdelha do Ruivo, as quais também o executivo fez questão de as enviar para a CMVFX, porque muitos idosos não conseguiam abrir as tampas, por estarem partidas, colocando o lixo ao lado dos contentores, aliás não era preciso ser idoso para esta situação acontecer em toda a freguesia. Em termos de pessoal que já era insuficiente, tinha alguma dificuldade nos trabalhos de varrição. Situação já manifestada à CM.

Relativamente aos abrigos, mencionados pela eleita, precisavam de requalificação. O Abrigo de Santa Cruz já era novo. A JF, neste momento, iria substituir o abrigo de passageiros da Verdelha do Ruivo. Os abrigos de passageiros na Fonte Santa não estavam substituídos e melhorados porque havia 4 anos nesta altura, o Sr. PCM, o Sr. Vice-presidente, a candidata do PS a este órgão, tinham reunido com os moradores da Fonte Santa e tinham feito um levantamento na Fonte Santa. E tinham prometido aos moradores que, durante o mandato, iriam criar as condições para que a RL circulasse na Fonte Santa. Atualmente circulavam apenas até ao Largo da Fonte Santa, todos os moradores dos arredores tinham que percorrer longos percursos a pé para apanhar a viatura. E, passados 4 anos, a carreira não circulava pela Fonte Santa, talvez, até ao final deste mandato, isso acontecesse, disse. Era o motivo pelo qual não tinham substituído os abrigos na Fonte Santa, por não ter a localização exata das paragens na localidade. Para isso acontecer aguardavam o início da circulação do autocarro para fazer esse trabalho. Informou que em relação às outras localidades, a JF procedeu à substituição de todos os abrigos de passageiros.

Em mobiliário urbano, tinham sido substituídos todos os bancos na Quinta da Maranhota, havia cerca de 6 meses, no jardim da Quinta das Índias, colocaram o mobiliário urbano; substituíram o mobiliário urbano na Verdelha do Ruivo, colocando também o gradeamento. Seria daquelas situações, que, mesmo terminado o mandato, ainda haveria muito para fazer na colocação de mobiliário urbano, e disse que, quem estivesse na JF, nunca conseguiria resolver a 100%. Fazendo mais e melhor tinham feito esse investimento e reconhecia que ainda havia situações por resolver, principalmente, na monda das ervas, pois estavam proibidos de colocar os produtos químicos para matar as ervas, se por um lado protegiam a natureza, por outro criavam um encargo muito grande, para as JFs.

Atualmente a JFV, tinha adquirido material, solicitaram o parecer por causa da questão do ambiente e na GNR, responderam que era permitido e no momento, iniciaram um novo processo de monda das ervas, água e uma boa quantidade de sal, já aplicado no centro de Vialonga, na Granja e ainda a fazer nalgumas localidades da freguesia. Não resolvia na totalidade aquelas ervas maiores, mas para a erva daninha e miúda, estava a dar um bom resultado.

Pelo processo mecânico tiveram de desistir, dado os acidentes ocorridos com pedras que se soltavam durante os trabalhos de corte de ervas, não ganhando para a substituição de vidros das viaturas. Havia freguesias que usavam taipais, mas desistiam desse método. Tinha feito uma gestão equilibrada, de melhoramentos em termos de mobiliário urbano, faltava, efectivamente, o da Verdelha. Tinha surgido agora um abaixo-assinado, de umas pessoas, a pedir um abrigo de passageiros junto das bombas da Prio já tinham feito a limpeza do terreno e até ao final deste mandato, iria tentar colocar dois abrigos de passageiros nestas duas localidades.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

O Sr. **PMAF** Passou a palavra à eleita Isabel Pato, da bancada da CDU.

Isabel Pato (CDU): cumprimentou todos os presentes e também a quem assistia via online.

A questão do centro de saúde e que o Sr. PJ já tinha dado uma informação bastante completa, dizia, que a CDU tinha procurado acompanhar de perto esta situação, e sempre procurando contribuir de forma muito correcta e participativa, sempre com questões pertinentes. No dia 20 de Dezembro de 2004 a mudança para outro centro de saúde tinha sido feita à pressa. Passaram-se 16 anos, e a situação voltava a repetir-se. O tratamento que o Ministério da Saúde, que a ARS dava a estas questões das instalações, era o mesmo nunca sendo de forma mais positiva. O Ninho de Empresas, tinha sido construído, para pequenas empresas. E foi construído com dinheiros que foram utilizados na recuperação do bairro, onde foram construídos diversos equipamentos. O objectivo era criar vivências novas, trazer mais gente ao bairro, criar postos de trabalho. Em 2012, a CM contactou a ARS, e depois soube-se que a ARS não estava interessada em ocupar aquele espaço. Porque talvez o espaço fosse pequeno e nunca seria um edifício criado de raiz. Quanto a si, o sentimento que tinha era que o próprio edifício era um espartilho ao desenvolvimento dos cuidados de saúde, que deveriam ser prestados. Deitaram abaixo um edifício, uma escola, e construiu-se de novo. E construiu-se, adaptado às condições e às normas que eram necessárias hoje em dia, que não eram aquelas que eram em 2004, com a evolução, naturalmente, havia normas que era preciso cumprir.

A ARS e o Ministério da Saúde, eram os grandes responsáveis pela situação que estava criada. No entanto, a CM, ao aceitar as responsabilidades, ao fazer aquelas propostas, acabou por ficar envolvida em todo este problema. Foi mais um grande atraso, CM terá a responsabilidade da electricidade, estava criada uma grande confusão e dificuldades, porque os computadores iam abaixo, os utentes esperavam para se inscrever, sem compreender a situação.

Estavam em situação de Covid. A sala de espera era mais pequena. As pessoas iriam continuar ao sol, sem nenhuma protecção. Quem assumiu os espaços exteriores, seria a ARS, o Ministério da Saúde ou a CM mas alguma coisa teria que ser feita.

Enviava uma palavra aos profissionais que mereciam todo o respeito, porque eram trabalhadores e, ligado ao período de pandemia que estavam a atravessar, teriam que valorizar o seu esforço, mas também em relação à capacidade de organização que tinham demonstrado nestas fases todas do seu trabalho, e também à dedicação e aquilo que tinham dado a todos, a questão da utilização dos seus telemóveis pessoais, e de outros aspectos importantes.

Também salientou a informação de que a equipa não tinha sido reforçada, que como era sabido pela informação do senhor coordenador, que a equipa, para além de estar em Vialonga, estava na Póvoa, em Alverca e também em Vila Franca de Xira, nas acções de vacinação, e a antever um período de férias e, portanto, tudo se iria complicar mais. Terminava dizendo que independentemente da força política que representavam, tinham que estar atentos, também eram utentes, por quem tinham a responsabilidade, não do funcionário ao balcão ou do médico que atendia, mas essencialmente exigir responsabilidades a quem de direito.

A **1ª Secretária** passou a palavra ao Sr. Fábio Mousinho Pinto, da bancada da Coligação Mais.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Associava-se, de facto, à palavra de solidariedade que a eleita Sra. Isabel Pato, referiu na sua intervenção, aos profissionais de saúde, e na qual tinha tido oportunidade de referir que, independentemente da força política e grupo político que representavam, qualquer vialonguense, qualquer freguês ou freguesa estava, de facto, atento à

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

situação do novo centro de saúde, e que não podia estar manifestamente contente com a situação ali encontrada. Pediu a palavra, para agradecer o esclarecimento dado sobre o novo centro de saúde e o *feedback* bastante amplo que o Sr. PJF deu, que, infelizmente, só comprovava aquilo que se previa: que a situação encontrada de remediar não ia ao encontro das necessidades da população e da freguesia. E, no entanto, porque estava certo que tinha sido meramente um erro de análise, para reforçar que não tinha sido só a CDU que, nesta AF, tinha manifestado enormes reservas em relação ao novo centro de saúde. Portanto, quando o PJF fizesse um esclarecimento, referisse uma das forças políticas, com certeza tinha sido um erro de análise e a parte boa era que as actas e as sessões eram gravadas, portanto, estavam ao alcance de qualquer pessoa. Não tinha sido só a CDU que tinha manifestado, de facto, que aquele espaço encontrado para o centro de saúde não era de todo o que Vialonga, tendo em conta a sua densidade populacional, merecia, bem assim, aliás, como também tinham tido oportunidade todos de conversar na AF, aquando da assinatura do protocolo que tinha sido elaborado com o PCM e com o Sr. PJF, naturalmente tinha que estar, achava que todas as forças políticas aqui tinham mencionado que sim, que podia ser uma situação de recurso, mas que manifestamente estava aquém daquilo que era necessário. E aqui chegados, independentemente do momento político que estavam a viver e independentemente da força partidária que estavam aqui a representar, aquelas que eram as principais dúvidas, o Sr. PJF nessa condição já as tinha mencionado. Tinha faltado também referir as questões de acessibilidade, o parque de transportes, as pessoas com mobilidade reduzida que, manifestamente, não tinham condições para ali serem bem recebidas. As enormes filas que podiam ver agora até, em face da pandemia Covid, mas acreditavam que se iriam manter as filas enormes de pessoas que estavam no exterior a aguardar para entrar nas instalações, tinha bem consciência e de estar certo de que ninguém estava ali em boas condições, agora com muito sol e calor, mais para a frente, com chuva e frio. E, por esse motivo, disse que qualquer freguês em Vialonga, à data de hoje, não estaria contente com a solução ali encontrada, a pensar na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas que residiam nesta freguesia, e era precisamente para reafirmar esta posição, não de agora, mas de sempre, da sua bancada, que pediu a palavra.

A **1ª Secretária** passou a palavra à eleita Célia Duarte, da bancada do CDS.

Célia Duarte (CDS) esclareceu que não tinha referido a paragem de Santa Cruz mas sim a questão do contentor, que não estava em condições com o lixo acumulado. A paragem de Santa Cruz era nova. As paragens que mostrou eram das antigas e não estavam em condições, nomeadamente Fonte Santa e Verdelha do Ruivo. Do mobiliário urbano, falou na questão da Rua Alves Redol, junto ao Polanca, com as ervas a florescerem por baixo do banco, e ainda podia mostrar o banco que ficava nos Mogos. Sobre os contentores, bastava darem uma volta de uma ponta à outra da freguesia, que a situação dos contentores repetia-se por toda a freguesia.

Partilhava da preocupação do Sr. PJF que era incomportável os funcionários andarem o dia todo de cócoras a tirarem as ervas, mas também partia um pouco pelo brio profissional do trabalhador que fazia a varrição, varrer por baixo de um banco e tirar uma ou duas ervas. Também na Rua das Terras Compridas, achava que o funcionário, ao fazer a varrição desta rua e encontrar uma sarjeta a necessitar de ser limpa e passar ao lado, não lhe ficava bem e ainda por cima à frente de uma loja. Disse faltar responder a uma outra questão, que era a questão das telecomunicações.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF, para esclarecer a questão da eleita Célia Duarte.

O Sr. **PJFV** disse que em relação à questão das telecomunicações, haver muita dificuldade nas comunicações nas zonas mais altas da freguesia, os Mogos, Santa Eulália, a Verdelha do Ruivo,

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

Fonte Santa, Casal do Monte. O assunto já por várias vezes tinha sido levado às Reuniões de CM, nas AMs, exigindo a estes operadores também alguma solução. A operadora ANACOM montou na JFV um sinal de antena para ver a qualidade em que os sinais destas operadoras chegavam à freguesia, monitorizaram essa situação, mas viu pouca vontade em solucionar a falta de sinal que estas localidades mais altas da freguesia estavam a ter. Segundo a desculpa era que o investimento tinha que ser grande, no entanto habitavam pessoas nestas localidades que necessitam destes serviços. Sentiam alguma dificuldade nem tão pouco conseguiam contactar os altos cargos da empresa, a não ser por intervenção do município. Era uma preocupação que a JFV e que a AFV também devia fazer chegar à CM, até pelos tempos de pandemia que se vivia com a necessidade das crianças que andavam na escola, e residiam nestas localidades, não conseguiam acompanhar os estudos por via online porque os sinais eram muito fracos ou nem chegavam, causando graves problemas. Esta situação tinha anos e não tinha solução à vista.

O Sr. **PMAF** disse que uma vez que ainda dispunham do período antes da ordem do dia, de perto de 15 minutos e não tendo mais nenhuma inscrição, sugeriu ao Sr. PJF, se queria porventura efectuar algum esclarecimento adicional, neste período antes da ordem do dia.

O Sr. **PJFV** disse que face às dúvidas levantadas pelo eleito Pedro do Canto relativamente à execução orçamental de 2020, que terá levado a que alguns membros da AF votassem na abstenção, porque sentiram, na palavra do Sr. Pedro Canto, que algo não estava correcto. Não pretendeu, na altura de modo algum desmentir ou fazer considerações sobre o assunto, porque não tinha conhecimentos técnicos para o fazer, mas ficou na obrigatoriedade de na próxima sessão da AF ter presente o técnico oficial de contas que prestava esse serviço à JFV, para fazer um esclarecimento do porquê da elaboração e estrutura daquele documento. Com a devida licença do Sr. PMAF cumprimentava e apresentava o Dr. Nuno Rocha, a quem, se o Sr. PMAF permitisse daria a palavra ao Dr. Nuno Rocha para fazer os devidos esclarecimentos.

O Sr. **PMAF** aproveitando o comentário do Sr. PJF e, também cumprimentar o técnico presente nesta sessão, o Dr. Nuno Rocha, não via nenhum inconveniente que pudessem dar início à ordem do dia, promover os devidos esclarecimentos sobre essa matéria, até mesmo deixando à consideração dos restantes eleitos de todas as bancadas se, porventura, tinham alguma questão a colocar sobre esse assunto. Aproveitou o momento também para informar os serviços da mesa da entrada da eleita do Bloco de Esquerda, Lina Baptista, a quem aproveitou para cumprimentar. Iria dar início à intervenção do Dr. Nuno Rocha, o técnico que se juntava a pedido do Executivo da Junta, para esclarecer, em face da matéria que, no âmbito da última AF, tinha suscitado algumas questões de todos os grupos políticos, e depois desta intervenção daria início à ordem do dia. Dava nota ainda que, não tendo chegado à mesa da Assembleia nenhuma questão, dos cidadãos e cidadãs, interessados e interessadas de Vialonga, não haveria o período de intervenção do público. Passou a palavra ao Dr. Nuno Rocha, a quem deu as boas vindas.

O **Dr. Nuno Rocha** cumprimentou a todos e agradeceu ao Sr. PJF. Apesar de já ter chegado a todos os membros, um breve esclarecimento que tinha sido elaborado, iria aproveitar a oportunidade para ajudar mais um pouco. Explicou que, desde 2020, aquando da aprovação do orçamento de Estado já em tempo tardio, em Março, pela primeira vez foi dada a possibilidade, neste caso de as autarquias poderem integrar o saldo da gerência anterior no momento anterior à prestação de contas, o que era convenção, portanto, que ocorria sempre na primeira sessão ordinária de cada ano. Esta oportunidade prevista no orçamento de Estado de 2020, no seu artigo 129.º tinha acabado por não ser utilizado, muito por culpa da pandemia ou, acima de tudo, por

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

causa da pandemia e, por força da pandemia, acabaram por até nem aprovar a revisão orçamental, mas sim rectificá-la em AF no mês de Junho. Portanto, não houve uma necessidade de aproveitar esta possibilidade da integração do saldo no momento anterior. E o orçamento de Estado de 2021 veio novamente criar essa possibilidade, neste caso no artigo 130.º. Explicou ainda qual a diferença de um ano para o outro. Efectivamente, em 2020, a DGAL entendeu que não bastaria o Executivo poder integrar e aprovar o mapa de fluxo de caixa, como já era normal, até para integração de um saldo da própria alteração orçamental, exigia também um conjunto de documentos e a instrução de um processo, neste caso um pedido de autorização à DGAL. Como era óbvio, em 2020, não tinha sido utilizada esta faculdade; em 2021, a DGAL, e na construção também do orçamento de Estado, entendeu que não havia necessidade de instrução deste pedido. Logo, no n.º 2 do artigo 129.º de 2020, não surgiu a redação do orçamento de Estado em 2021, portanto, o que conferiu plenos poderes ao órgão executivo, unicamente apurando o saldo orçamental e, por sua via, o mapa de fluxo de caixa, que era o mapa mais importante, na óptica da prestação de contas, na vertente orçamental. E, com esse mapa, então submeter, sim, obrigatoriamente, por revisão orçamental, a aprovação do órgão deliberativo, mas simplesmente no momento anterior à apresentação da conta. Porque, efectivamente, a AF não aprovava a conta de gerência, a quota, não havendo aqui um chumbo da conta. E daí, o legislador entendeu que bastaria a aprovação do mapa de fluxos de caixa. E daí, aquele n.º 2 ter caído de 2020 para 2021 e, de facto, este ano, o Executivo não necessitava de submeter processo nenhum à DGAL, e bastava unicamente aprovar o mapa de fluxo de caixa em reunião de Executivo, e foi isso que fez, após o fecho de contas na vertente orçamental, e depois instruir o processo, neste caso da revisão orçamental, à AF. Segundo seu entender foi o processo mais correcto, foi o processo correcto que este Executivo utilizou. E pronto, basicamente foi um pequeno esclarecimento que tinha elaborado para dar suporte às questões apresentadas pelo órgão, estando à disposição para eventuais esclarecimentos.

O Sr. **PMAF** não tendo nenhuma inscrição de nenhuma bancada, e para ser também mais prático, em relação à bancada da Coligação Mais, relativamente a este assunto, dava nota de que a informação documental remetida tinha sido suficiente para que vissem esclarecidas as reservas em relação a este assunto na passada AF. Por este motivo, não tinham nada a obstar ao procedimento adoptado pela JF, e que fazia todo o sentido em face dos esclarecimentos que tinham sido dados sobre esta matéria. Agradeceu a disponibilidade do técnico de contas, Dr. Nuno Rocha vir à AF e, por esse motivo, nada tinham a opor que fosse dada a devida proporção àquilo que achassem por conveniente em relação a esta matéria da execução orçamental.

Passou a palavra ao eleito Paulo Basílio, (CDU) para intervir sobre o assunto.

Paulo Basílio (CDU): Cumprimentou a todos e agradeceu ao Sr. Nuno Rocha os esclarecimentos prestados, que ajudaram a perceber perfeitamente o assunto em termos legais. E chamou à atenção, que afinal o Executivo tinha agido em conformidade de acordo com a lei, tendo havido talvez um pouco de excesso nas reacções na última AF relativamente a este assunto.

O Sr. **PMAF** não tinha comentários e passou a palavra à eleita Célia Duarte (CDS-PP)

Célia Duarte (CDS): Só queria agradecer ao Dr. Nuno Rocha pela sua disponibilidade e pelo seu esclarecimento, e que o documento que tinha feito chegar tinha sido esclarecedor.

Lina Batista (BE): Cumprimentou a todos e agradeceu os esclarecimentos prestados.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF, para fazer algum comentário sobre o assunto.

O Sr. PJFV agradeceu ao Dr. Nuno Rocha o esclarecimento e a sua disponibilidade para estar presente na AFV.

ORDEM DO DIA

PONTO UM – APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS SOBRE A ATIVIDADE DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

O Sr. PMAF solicitou que cada coordenador ou coordenadora fizesse uma breve apresentação do relatório de actividades respeitante ao ano de 2020, passando a palavra à coordenadora da Comissão Especializada Permanente de Trânsito, Toponímia, Transportes, Mobilidade e Segurança, eleita Célia Duarte, CDS-PP.

Célia Duarte (CDS): Na qualidade de coordenadora lembrou que o tempo de pandemia, tinha limitado muito o campo de actuação. A Comissão, durante o ano de 2020, reuniu cinco vezes, maioritariamente via Zoom, à excepção de uma. Tinham previsto reunir no ano passado com o comandante do posto territorial da GNR de Vialonga, no sentido de abordarem questões de segurança, e não só, da freguesia. Não foi de todo possível, porque acharam que fazia sentido abordar estes assuntos, e pela sua sensibilidade, de forma presencial e também em conjunto com a comissão dos assuntos sociais, porque tinham assuntos que se relacionavam. Aguardavam que o pudessem fazer, e pela obtenção de respostas. No seu todo, de referir ainda que, nestas cinco reuniões, apresentava as presenças de cada bancada: a bancada CDS-PP cinco; a bancada da CDU três; a bancada do PS cinco; a bancada do BE quatro; bancada da Coligação Mais quatro. Salientava a excelente articulação por parte do Executivo, foram feitas e corrigidas algumas alterações ao regulamento de trânsito da freguesia, em articulação, quer com a Comissão, quer com o Executivo, sem qualquer delonga, os trabalhos decorreram todos na perfeição e no mais breve que foi possível. E também agora, destacar igualmente o apoio e toda a colaboração que foi prestada pelo Sr. PMAF. E, mais uma vez, por considerarmos que esta Comissão tinha uma área de abrangência muito vasta, pelo que tentaram em 2020 dirigir a acção principal para a segurança, mas, devido à pandemia, não foi possível explorar aqui uma série de questões, tentar perceber as lacunas que as entidades competentes identificaram que tinham conhecimento ou não pelo que esperavam que, se houvesse uma próxima oportunidade e ainda durante este mandato, as pudessem esclarecer.

O Sr. PMAF passou a palavra ao Sr. Coordenador da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, o eleito João Tremoço da bancada do PS.

João Tremoço (PS): Informou que a Comissão só reuniu duas vezes no ano de 2020 marcado irremediavelmente devido ao grande problema da pandemia da Covid, com consequências ainda imprevisíveis. A Comissão sentiu dificuldades no agendamento de reuniões. Ficando por fazer um acompanhamento mais detalhado dos problemas sérios da freguesia. Em termos complementares, as medidas de segurança sanitárias associadas e à mitigação a que a referida pandemia, obrigaram durante o ano de 2020, e ainda no ano de 2021, a um recurso aos meios digitais para a realização das referidas reuniões. Mesmo assim, estavam no momento a agendar e/ou formular pedidos de informações, reuniões com as instituições e associações de freguesia. Podia adiantar neste momento que estavam duas reuniões agendadas com a ABEIV e com a Casa do Povo de Vialonga. Era necessário e urgente fazer um levantamento de todos os índices de pobreza na freguesia e seu agregado, saber qual a população idosa residente na freguesia, que estava em situação de isolamento ou pobreza. Através do agrupamento de escolas da freguesia, solicitar uma reunião para saber o número de alunos que viviam actualmente numa situação de carência e que

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

beneficiavam de apoio. Solicitar junto do comando da GNR, como foi mencionado pela eleita Célia Duarte, uma reunião, conjunta ou não, para compreender melhor o detalhe e os índices de violência doméstica na freguesia. Através da acção social da CM, estava em falta saber o número de habitações sociais existentes na freguesia, qual o seu estado de conservação e a quantidade de pessoas em lista de espera para atribuição de habitação social.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Coordenador da Comissão Especializada Permanente de Ambiente, Ordenamento do Território e Saúde, o eleito Pedro Fernandes, (PS).

Pedro Fernandes: Informou ser coordenador desta Comissão desde o mês de Janeiro por motivos de saúde do Sr. António Gonçalves. Sabia que durante o ano passado, tinha havido uma reunião com as presenças das bancadas: CDS; PSD; BE; CDU, cujo assunto se relacionou com a Comissão. Não tinha havido reuniões devido ao surto pandémico da Covid-19, portanto, pouco mais tinha a acrescentar.

O **Sr. PMAF** disse que não havendo ninguém interessado em fazer mais algum comentário sobre estas duas últimas comissões fazia ele próprio um comentário geral e abrangente da actividade das comissões, uma vez que eram comissões de trabalho que emanavam da AF, adoção de uma prática de trabalho, que tinha manifestado vários aspectos positivos, por forma a habilitar a AF e todos os seus eleitos e eleitas a terem um contacto mais próximo com as várias áreas de preocupação da freguesia. Recordava que as comissões especializadas permanentes tinham sido criadas no início do presente mandato, com a anuência de todos os grupos políticos, manifestando interesse e a sua capacidade de trabalho para que, pudessem ajudar o Executivo a esclarecer e a explorar alguns assuntos. Este mandato autárquico ficava marcado pela questão da crise epidemiológica. Nem todas as reuniões foram tidas com as várias entidades da freguesia, como inicialmente estavam previstas. Estavam em marcha várias reuniões junto das várias entidades da AF, por forma a também compreender em que medida a pandemia teve impacto na sua actividade, dinâmica e funcionamentos ditos normais. E, por este motivo, estes relatórios espelhavam, e ficava aqui para registo e memória futura aquela que tinha sido a actividade desta AF. Gostaria de terminar, dizendo que, aliás, já tinha dito também no âmbito da reunião de representantes, para que estas comissões tivessem de facto o seu trabalho, na medida, do possível, indo ao encontro do que inicialmente tinham previsto. Também tinham contado com a total disponibilidade do Executivo da JF, que, sempre que tinha sido necessário também proceder aos devidos esclarecimentos, tinha feito chegar informação devida a todos os eleitos; e no contato mais directo, em que a eleita Célia Duarte tinha mencionado, mas que tiveram exemplo disso numa AF recente, que tinha que ver com o trânsito, a articulação directa entre estas comissões de trabalho e o Executivo permitiu então agilizar aqui alguns assuntos. Haveria, com certeza, vários apontamentos a melhorar, várias questões aqui que eram passíveis de alteração para futuro, mas não podia deixar de dar esta nota. E, aliás, os próprios relatórios demonstravam isso mesmo, que, de facto, a AF podia aqui desempenhar um outro papel de colaboração e solidariedade com o Executivo da JF, para que também pudesse acompanhar o dia-a-dia e o quotidiano de Vialonga.

----- PONTO Nº 2: INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE NO PERÍODO DE 1 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2021 – CONHECIMENTO -----

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para falar sobre o ponto em questão.

O **Sr. PJF** informou que a informação da actividade, se resumia ao período de dois meses. No entanto, como todos podiam ver na página 3, tinham tido um elencar de situações, onde foram

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

feitas algumas intervenções, até reforçando a criação de um novo espaço para contentores na Granja e na Verdelha do Ruivo, para que a CM também ali colocasse novos contentores de resíduos. Ainda não estavam concluídos, mas estavam criadas as condições para que esses materiais fossem colocados o mais rapidamente possível.

Tinham apoiado a ação de âmbito nacional, que tinham sido os Censos 2021. Com a cedência das instalações, o Salão Nobre, onde tinham também todo o seu material de trabalho. Estavam a finalizar também esta actividade. Queria fazer um agradecimento a todos os elementos que constituíram este grupo de trabalhos, nomeadamente a Dr.ª Cristiana António, que foi a coordenadora que desempenhou um belíssimo trabalho, e que muito em breve iria apresentar o relatório desta situação.

Tinham tido também um grande reforço na área da recolha de monos. Pela quantidade que havia ao longo de toda a freguesia não só de Vialonga mas também da Póvoa de Santa Iria já preocupava as duas freguesias porque o aterro provisório junto à estrada dos Caniços na Póvoa, da CM, já não suportava mais monos. A recolha de monos por parte da CM na zona de aterro era muito deficitária. Neste momento, a JFV e da Póvoa já estavam a despejar, nos terrenos adjacentes à lixeira criada pela CM, porque estava completamente cheia. A JF tinha permanentemente uma viatura e dois motoristas a recolher monos e, mesmo assim, tinha alguma dificuldade em conseguir manter a freguesia nas devidas condições nesta área mas era mesmo assim um bom exemplo na recolha de monos.

Relativamente à gestão financeira, neste período, tinham tido uma gestão de receitas de 43.70, e em relação às despesas, 31.71, num orçamento bastante reduzido. Falando com um Presidente diziam que havia 26 câmaras que ainda eram mais pequenas do que a freguesia de Vialonga. A sua tinha um orçamento de 1.300.000,00, A Freguesia de Vialonga tinha um orçamento de 890.000,00", e ele riu-se para si, porque, efectivamente, era um orçamento muito baixo para 18 quilómetros quadrados, para a dimensão da freguesia e para a população que tinham. Era inaceitável este orçamento. Tinha visto no jornal O Mirante que a CM iria passar com um saldo positivo de 15 milhões de euros. Foi pena não haver aqui um reforço em todas as juntas, fossem elas de que cor, porque iria permitir um igual investimento financeiro em todas as freguesias. Os presidentes sentiam esse estrangulamento, esse "asfixiamento" de não poder comprar mais material e mobiliário urbano, mais abrigos de passageiros, fazer lombas. Sentia que podia fazer muito mais se tivesse mais condições financeiras para desenvolver o melhor trabalho na freguesia de Vialonga.

A **1ª Secretária** passou a palavra ao eleito Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais.

O Sr. **PMAF** colocou a questão, relativamente aos eventos que foram realizados neste trimestre, onde era referido neste relatório de actividades ter havido uma reunião com o Movimento Associativo, no sentido de conhecer a situação das associações face aos constrangimentos da pandemia que estavam a viver. Solicitou ao Sr. PJF então que pudesse dar um feedback das principais dificuldades encontradas, que, naturalmente, teria presente em face da reunião tida com o Movimento Associativo, bem assim saber que entidades e coletividades estiveram presentes nessa reunião.

Por fim, disse que e tendo em conta as questões que foram já colocadas em matéria de transferência de competências, era com agrado que ouvia o Sr. PJF falar de querer ter mais responsabilidades e ter mais capacidade de dar resposta aos problemas da freguesia, que só era feito com a natural transferência de competências, e como o Sr. PJF tinha dito, e bem, disse, com o respectivo pacote financeiro, por forma a dar a devida autonomia ao Executivo da Junta, a sua

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

bancada manifestava-se e congratulava-se de forma positiva, porque também achavam desde sempre, que, com mais responsabilidades, os Executivos podiam fazer mais e melhor pelas populações.

A **1ª Secretária, Joana Aruil** passou a palavra à Eleita Célia Duarte CDS-PP.

Célia Duarte (CDS-PP): Embora este ponto fosse só para conhecimento fez duas perguntas ao Sr. PJF, nas receitas, (página 2), nas transferências correntes, qual a proveniência, se tinha sido mais que uma entidade e nessa eventualidade, referir o valor de cada uma. Nas despesas com pessoal, se teve alguma variável como, remunerações extraordinárias.

O **Sr. PMAF** Passou a palavra ao Sr. PJF para responder às questões.

O **Sr. PJFV** respondeu que eram duas entidades, a CMVFX, através da descentralização de competências e respectivas verbas e da DGAL.

Havia uma rubrica, em que 78% do orçamento se destinava aos gastos com pessoal. E, nestes gastos com pessoal, incluía trabalho extraordinário, por exemplo na Estrada de Alfarrobeira, só conseguiam fazer limpeza a um domingo. A um sábado ou a um dia de semana, este trabalho era impossível realizar, dado o número de viaturas que circulavam ou que estacionavam ali. A um Domingo, vinham 4 funcionários, para tentar limpar desde a Central de Cervejas até à rotunda da Verdelha. Também neste momento, havia 5 funcionários com baixa prolongada, eles tinham o vencimento igual, como se estivessem a trabalhar, só não recebiam o subsídio de refeição. Para fazer face a esta situação tinha que recorrer a mais cinco trabalhadores para colmatar o serviço que não estava a ser feito. O ordenado que era para cinco, passava a ser para dez, era esta a disparidade que fazia com que aumentasse significativamente as despesas com pessoal. O orçamento era tão limitado, que os gastos com pessoal se reflectia muito e contratar empresas prestadoras de serviço, então já era um serviço e não eram gastos com pessoal, colmatavam esta situação com pessoal interno, pensavam que era a melhor forma de gerir e de trabalhar era um valor que gostaria que fosse menor, mas que era impossível. Disse ter uma área muito grande. Então, a área de varrição, desde Santa Eulália, Granja, Verdelha e todas as outras localidades dispersas, tornava uma freguesia muito extensa e muito complicada.

O **Sr. PMAF** recordou a colocação de duas questões: 1) qual tinha sido o feedback do Movimento Associativo em relação à pandemia, uma vez que houve esta reunião; e 2) que entidades, que associações da freguesia estiveram presentes nessa reunião.

O **Sr. PJFV** esclareceu que relativamente à reunião que tinham tido com o Movimento Associativo, no sentido de fazer um levantamento e um balanço sobre as consequências da pandemia contou com a presença de 90% das instituições, em termos de atribuição de subsídios e de apoio ao Movimento Associativo, rondaram os 90 a 95.000,00€. A grande parte do Movimento Associativo, como Santa Eulália, a Granja, o Cabo e outras, eram associações que tinham as suas festas, os bares, que tinham os seus eventos dentro das colectividades, era uma fonte de receita para ajuda do pagamento das suas despesas fixas. Do levantamento das necessidades que tinham e analisado aquilo que cada um tinha mais premente em termos de pagamentos de água, de luz, ou outras despesas que tinham decorrido e de obras que tinham feito antes da pandemia e não esperando o que ia acontecer, as despesas com as obras feitas continuavam por pagar, porque não fazendo receita não tinham dinheiro. Foi feita uma cuidadosa distribuição das verbas, no sentido de ajudar aquelas que mais precisavam.

Também em relação às IPSS, reforçaram aquilo que também já tinham feito o ano passado, aos Bombeiros, a ABEIV, a Casa do Povo sendo que os bombeiros estavam com alguma dificuldade de

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

tesouraria face à pandemia, mas para fazer face aos respectivos pagamentos dos vencimentos, apenas com as poucas receitas, que eram muito inferiores àquilo que era a perspectiva destas IPSS. Daí terem reforçado o apoio, para que colmatassem aqui algumas despesas que vinham a ter, atenuando de alguma forma dificuldades que algumas associações estavam a atravessar.

O Sr. **PMAFV** passou a palavra à eleita Célia Duarte do CDS-PP.

Célia Duarte (CDS): Disse que uma das questões estava respondida, quanto a haver alguma variável. Relativamente, na questão das receitas, tinha falado em CM e DGAL e perguntou se estava em condições de pode referir, o valor atribuído por cada entidade.

O Sr. **PMAF** sugeriu a todas as outras bancadas se, porventura, queriam colocar alguma questão sobre o ponto em apreço, enquanto o executivo procurava as respostas nos documentos, respondendo as bancadas que não havia questões a colocar, ficariam só a aguardar os devidos esclarecimentos do Executivo, para que pudessem então passar para o ponto seguinte.

O Sr. **PJFV** agradeceu e disse estar em condições de responder. Os valores estavam no referido documento, na página 15. Esclareceu que por parte da CM, até ao dia 31/05, tinham recebido o valor de 246.563,00€ e da DGAL, o valor de 85.641,60€. Estavam expressos e justificados depois, na página 15.

O Sr. **PMAF** perguntou a eleita Célia Duarte se tinha mais alguma questão, a qual respondeu que não e ambos agradeceram os esclarecimentos, e estavam reunidas as condições para passar ao ponto seguinte.

----- PONTO Nº 3 RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2020 – APROVAÇÃO -----

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. Presidente de Junta, para apresentar o ponto 3, relatório de gestão do ano de 2020.

O Sr. **PJFV** referiu que todas as bancadas tinham o relatório nas suas mãos, aguardando pelas questões que quisessem colocar, aproveitando também a presença do técnico de contas, Dr. Nuno Rocha, para responder a algumas dúvidas.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita Célia Duarte, bancada do CDS.

Célia Duarte (CDS-PP): Relativamente ao ponto nº 3, ao relatório de gestão, na síntese da actividade desenvolvida e os factos mais relevantes verificados no exercício de 2020, disse que o Sr. PJF elencava uma série de actividades que, no entender do Executivo, eram relevantes, mas eram apenas e só competências, obrigações de qualquer JF, decorrentes até da própria lei. Mencionava a reparação da calçada e para a JF era relevante, quando, se tratava de um acto de manutenção corrente. Também achava relevante a limpeza de abrigos de passageiros. Para a JF até era, porque não se via regularidade nessa limpeza, já tinha dito anteriormente numa das últimas sessões de AF, tinha questionado o Sr. PJF devido à falta de limpeza dos abrigos de passageiros. E com que periodicidade era feita essa limpeza mas o Sr. PJF não respondeu. Queria saber se havia um levantamento periódico do material estragado dos abrigos de passageiros, para efectuar manutenção idêntica a uma situação aqui descrita no relatório, da colocação das laterais. E aqui, iam de encontro ao abrigo que tinham na Quinta da Maranhota.

Depois, descrevia outras intervenções, tais como bebedouros e chafariz, sinais de trânsito, manutenção de cemitério, placas de toponímia, limpeza de caminhos, tudo figurava na listagem dos trabalhos relevantes que a JF fazia, mas isto eram competências, obrigações de qualquer JF decorrentes da própria lei.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

Em relação à parte da análise orçamental do relatório, dizia o mesmo em relação a relatórios anteriores. Era que a fatia que representava o custo com o pessoal continuava a ser a que mais se destacava. No mesmo período de tempo, em 2020, o custo com o pessoal era igual ao mesmo período em 2019, ou seja 66%. Portanto, a leitura que fazia era que, cada ano que passava, era mais do mesmo. A margem que sobrava aqui para investimento era muitíssimo pequena, e esta opção de gestão de executivos estava à vista de todos, que era a estagnação da freguesia. Portanto, a bancada do CDS-PP achava que era uma gestão errática, voltavam a insistir, e que o desenvolvimento da freguesia só chegaria um dia com um outro tipo de gestão.

O Sr. **PMAF** informou não ter mais inscrições de nenhuma outra bancada, portanto, passou a palavra ao Sr. PJ para proceder aos devidos esclarecimentos.

O Sr. **PJF** disse que a resposta que queria dar à eleita Célia Duarte, era que, desde o início do presente mandato até à presente data, tinha sido sempre mais do mesmo, também nunca tinha trazido nada de novo, limitava-se a fazer as críticas que tinha a fazer, falando do lixo que seria sempre difícil, fosse qual fosse a gestão mas já estavam habituados, tinham sido 4 anos de mais do mesmo.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita Célia Duarte, que pediu a intervenção.

Célia Duarte (CDS-PP): Referiu que ainda não estavam em jeito de balanço. Quando chegasse o momento, fazia uma amostra das propostas que tinham sido feitas e algumas que o próprio Executivo usou como sendo suas as bandeiras. Achou curioso um partido, ou até o próprio Presidente que exercia o cargo havia mais tempo do que a eleita a exercer este mandato, ser mais do mesmo estavam perfeitamente de acordo, era mais do mesmo. Só que havia uma diferença de 40 e tal anos para 4 anos.

O Sr. **PMAF** acreditava que não houvesse nada a esclarecer fora esta efectiva partilha de intervenções. Os pontos tinham sido manifestamente visíveis para todos, as bancadas estavam em condições de proceder à votação do ponto, e adoptariam a prática adotada nas últimas sessões que tinham sido feitas por esta via. Pediu aos líderes de bancada que indicassem qual era o sentido de voto de cada um dos pontos, por ser a forma mais prática dos serviços apurarem os votos sobre este ponto.

Paulo Basílio (CDU): Disse que também para não serem diferentes, era mais do mesmo, votavam a favor.

João Tremoço (PS): Informou que o sentido de voto da sua bancada era a abstenção.

Célia Duarte (CDS-PP): Disse que a sua bancada, para ser coerente com o que tinha vindo a ser nestes 4 anos, o seu voto era no sentido da abstenção.

Lina Baptista (BE): informou que o sentido de voto da sua bancada era o voto a favor.

O Sr. **PMAF** informou que na condição de eleito da Coligação Mais, o seu voto também era no sentido de abstenção, sem mais. E, assim sendo, o ponto era aprovado por maioria: com 6 votos a favor da CDU; 1 voto a favor do BE; 5 votos de abstenção: 3 votos de abstenção do PS; 1 voto de abstenção da Coligação Mais; 1 voto de abstenção do CDS. Pediu aos serviços que confirmassem a contagem dos votos.

A **1ª Secretária, Joana Aruil**, confirmou que o ponto nº 3 tinha sido aprovado por maioria com 7 votos favoráveis e 5 abstenções.

-----PONTO Nº 4 – INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO – CONHECIMENTO -----

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF, para introduzir o ponto n.º 4.

O Sr. **PJF** informou que era apenas para dar conhecimento do inventário e do património e se tivessem algumas questões a colocar sobre o que estava em apreciação.

O Sr. **PMAF** colocou a pergunta a todas as bancadas se tinham alguma questão a colocar, e todas foram unânimes em responder que não tinham nada a comentar nem a obstar sobre o ponto em questão.

O Sr. **PMAF** disse não havendo comentários a tecer sobre o inventário e património no ano de 2020, assumia que a informação documental tinha chegado e que não carecia de nenhuma questão adicional.

**PONTO Nº 5 ISENÇÃO DE TAXAS DE PUBLICIDADE E OVP, NO ÂMBITO DO SURTO
CORONAVÍRUS COVID 19 – APROVAÇÃO**

5 a) ISENÇÃO DE COBRANÇA DE RENDA DE QUIOSQUE;

5 b) ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA CONCESSÃO DE LUGAR NO MERCADO RETALHISTA

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF** para apresentação do ponto nº 5.

O Sr. **PJF** disse que era um assunto que já vinha no seguimento daquilo que tinha sido as AF desde a pandemia. Traziam mais uma vez, uma proposta, que iria vigorar até à próxima AF. Perante a lei, teria que haver uma AF em Setembro. Tudo apontava, para que as eleições fossem a 26 de Setembro, mas não estava nada concretizado, no entanto a medida duraria até Setembro e trariam uma nova proposta. Caso tal não acontecesse seria o futuro Executivo a decidir manter ou não esta situação.

O Sr. **PMAF** disse que efectivamente, não sabiam para quando seriam marcadas as eleições, fora a comunicação que tinham vindo a assistir nos média. Não obstante, podia eventualmente, e de acordo com a lei, haver uma Assembleia extraordinária e, se fosse caso disso, deliberar sobre o assunto em apreço.

O Sr. **PJF** lembrou que a Sessão da Assembleia em Setembro seria Ordinária.

O Sr. **PMAF** disse saber mas o que estava a sugerir era que, até lá, assim de acordo com a lei, pudesse ocorrer uma Assembleia extraordinária, nos moldes que fossem possíveis. E, nesse sentido, não sabiam se, sendo extraordinária, poderia ser antes de Setembro ou não. Mas, nesse sentido, só para esclarecer os eleitos que, a consideração que fariam sobre este assunto, estava escrito na comunicação remetida a todos os eleitos, era então para manter esta isenção de taxas até Setembro. Passou a palavra às bancadas para fazer os comentários sobre este assunto.

Paulo Basílio (CDU): Era óbvio que a actual situação era preocupante, não sabiam se iria piorar e pelo que todo este texto do ponto 5 merecia, não só a aprovação, como também uma palavra de incentivo e de ânimo para que todos aqueles que estavam a sofrer as consequências financeiras com esta actual crise. Que não desistissem e que melhores dias haveriam de aparecer de certeza. E, nesse sentido, como eleitos, só podiam fazer estes pequenos gestos para que percebessem que não estavam sós. Iriam obviamente, votar a favor daquilo que estava aqui proposto, desejando que, pelo menos, em Setembro, talvez já não fosse necessário, não no sentido de que isto fosse uma verba a atribuir à JF, mas no sentido de que as coisas estivessem completamente diferentes e a viver de outra forma.

João Tremoço (PS): disse que a bancada do PS congratulava-se com a continuação dessa medida e que, por esse motivo, iria votar a favor.

Célia Duarte (CDS-PP): lembrou que a sua bancada também já havia feito inicialmente esta sugestão, pelo que iria acompanhar, obviamente, e votar favoravelmente estas medidas.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

Lina Baptista (BE): disse manter a posição que já tinha, compreendendo que, era um valor que poderia fazer falta à JF, mas era uma forma mínima de ajudar os comerciantes. Desejou força para todos e iria votar a favor.

O **Sr. PMAF** disse que enquanto eleito da bancada da Coligação Mais, também iria votar favoravelmente. Assim sendo, iria dispensar solicitar a cada líder de bancada que se pronunciasse sobre qual o seu sentido de voto, uma vez que já tinham manifestado o seu sentido de voto e, por esse motivo, para que ficasse efectivamente registado o ponto nº. 5 - Isenção de taxas de publicidade e ocupação da via pública no âmbito no surto do Coronavírus/Covid-19, era o mesmo aprovado por unanimidade por esta AF.

A **1ª Secretária, Joana Aruil** confirmou que ficava registado: aprovado por unanimidade.

O **Sr. PMAF** agradeceu à eleita Joana Aruil, 1ª Secretária da MAF e assim sendo, passou a palavra ao Sr. PJF, para dar início ao ponto incluído na Ordem de Trabalhos com nº 6 - transferência de recursos para a freguesia de Vialonga, no âmbito da transferência legal de competências municipais para os órgãos de freguesia.

O **Sr. PJFV** disse ser mais um formalismo para enviar à CM, e depois a CM enviar à DGAL que era obrigatoriamente passar por esta Assembleia, para que fosse novamente votado pelos respectivos órgãos a transferência de competências. Dado que, até aqui, elas eram apenas negociadas com a CM e a partir de agora, este procedimento era obrigatório por lei. Portanto, aquilo que agora passavam a ter, estivessem de acordo ou não com os valores transferidos, que a CM distribuía, estivessem de acordo ou não com os serviços que tinham de prestar, estes eram aqueles que a Assembleia da República tinha estipulado e que, teriam que aceitar e trabalhar neles, estivessem ou não de acordo com os respectivos valores. Todos tinham conhecimento disso, era só rectificarem aqui a posição de cada um relativamente a este documento.

O **Sr. PMAF** uma vez que não tinha nenhuma inscrição, passava a palavra à bancada da CDU, para porventura se pronunciar, se tivesse algum comentário a fazer, ou, se não tivesse, dizer desde já qual era o seu sentido de voto, se estivessem em condições de o dizer.

Paulo Basílio (CDU): disse ter apenas três observações, antes de dizer qual era o sentido de voto.

O **Sr. PMAF** interrompeu o eleito, só para ficar claro: se não tivesse reunidas as condições para dizer o seu sentido de voto, não dissesse. Tinha assumido que não havia comentários mas não queria aqui inclinar a intervenção de cada uma das bancadas.

Paulo Basílio (CDU): disse que pelo menos algo teria que ser dito sobre aquilo que estava aqui em cima da mesa. No fundo, isto era uma questão política também, era óbvio. E o comentário que a CDU fazia era que o princípio poderia ser bom, se estivessem a falar de uma regionalização a sério, mas infelizmente, era algo que tinha sido acordado na Assembleia da República entre dois partidos, PS e PSD, que estava muito longe do que a própria Constituição da República previa para a regionalização.

A gravidade de tudo isto, sobre este assunto e o que estava imposto era a obrigatoriedade de aceitação, houvesse criação de condições ou não. E isto também tinha que ser um ponto de referência. Não havia diálogo, nem debate democrático, chamava a isto "eu quero, eu posso, eu mando", e era o que estava em cima da mesa houvesse ou não vontade em aceitar, houvesse ou não condições, era para impor.

O mais preocupante era que isto iria implicar para todas as Juntas de Freguesia novas atribuições, novas competências. Se o princípio, como tinha falado no início, era bom, porque iria permitir que

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

quem estava mais próximo dos cidadãos, dos munícipes, dos fregueses, poder desempenhar com qualidade muitas outras tarefas e evitar que a centralização do Estado pura e simplesmente se transformasse em burocracia, se calhar iria falhar pelo aspecto, mais negativo, que era o do financeiro. Ou seja, se não houvesse a referida distribuição financeira, aquilo que estavam a observar era o empurrar de responsabilidades das instituições centrais e, e passar a bola para o campo mais fraco, com uma bola desfalcada com uns bocados de cabedal a descolar. Por isso, iriam ter que aceitar esta situação, as JF, quisessem ou não, teriam que fazer face a estas novas competências, iriam ficar dependentes da boa vontade dos municípios no que dizia respeito à distribuição das verbas, e isto no seguimento daquele ponto polémico, que era o do costume: quando havia pouco dinheiro, todos ralhavam e ninguém tinha razão. Sobre este ponto, a CDU iria abster-se, porque considerava que não estavam reunidas as condições para que, realmente, fosse feita uma regionalização como deveria ser, que fossem as pessoas os principais alvos das preocupações, e não apenas por jogadas políticas, que era assim que entendiam que este documento emanado da Assembleia da República, no fundo, se traduzia.

João Tremeço (PS): informou que a bancada do PS não tinha nada a opor e iria votar a favor.

Célia Duarte (CDS-PP): disse não ter nada a dizer, votava a favor.

Lina Baptista (BE): Informou que o seu sentido de voto era abstenção.

O Sr. **PMAF** Passou então a palavra ao Sr. PJF, se porventura tinha aqui alguma questão ou algum comentário a tecer antes de, como eleito da bancada Coligação Mais proceder aqui à sua votação.

O Sr. **PJFV** respondeu não ter nada a comentar.

O Sr. **PMAF** informou que enquanto eleito da Coligação Mais, o seu sentido de voto era no sentido de aprovar e, pediu aos serviços da mesa da Assembleia a confirmação do resultado da votação.

A **1ª Secretária, Joana Aruil**, informou que o ponto nº 6 tinha sido votado com 7 abstenções e 5 votos a favor.

O Sr. **PMAF** confirmou que o ponto tinha sido aprovado por maioria com 7 abstenções e 5 votos a favor. Disse ter uma inscrição da bancada do BE e uma da Bancada da CDU.

Lina Baptista (BE): Queria na eventualidade de não voltarem a reunir como Assembleia de Freguesia, não sabendo em que data seriam as eleições.

O Sr. **PMAF** interrompeu informando que haveria ainda uma sessão sempre em Setembro.

Lina Baptista (BE): Continuou dizendo que na eventualidade, cumpria-lhe aqui agradecer toda a disponibilidade o gosto de fazer parte do grupo de trabalho, e seria com muito orgulho que saía da AF. Não iria continuar o projecto, por uma situação pessoal. Deixava a todos um abraço, um bom trabalho, tinha sido uma experiência muito positiva.

Paulo Basílio (CDU): Apesar de já ter sido esclarecido disse que tinha a ver com o número do sentido de voto das bancadas presentes, no ponto nº 6.

O Sr. **PMAF** confirmou que no presente momento estavam 12 eleitos na AF; 6 da bancada da CDU, 3 da bancada do PS, (dada a ausência do eleito Bruno Cordeiro que não compareceu, sem substituição), 1 da bancada da Coligação Mais e 1 da bancada do CDS-PP, 1 da bancada BE.

A **1ª Secretária, Joana Aruil**, confirmou que o Ponto 6 tinha sido votado com 7 abstenções: 6 abstenções da CDU; 1 abstenção do BE. E 5 votos a favor: 3 da bancada do PS, 1 da Coligação Mais; 1 do CDS-PP. Aprovado por maioria.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021 – ATA Nº 2/2021

O Sr. PMAF depois de esclarecida a questão e nada mais havendo a tratar, que assim sendo não seria lavrada a ata em minuta, declarando encerrada a sessão, sendo a mesma (vide infra) colocada à votação, aprovada por unanimidade e seria assinada pela Mesa (Presidente e Secretários) -----

ATA EM MINUTA (Sessão realizada por videoconferência)

- . Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos: Relatório de gestão do ano de 2020.
 - Na discussão, intervieram o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Fábio Mousinho Pinto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Gomes, Sra eleita Célia Duarte, do CDS-PP.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 7 votos a favor, 6 da CDU e 1 do BE; 5 abstenções, 3 do PS, um da Coligação Mais e um do CDS-PP.
 - O ponto n.º 3 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

- . Ponto n.º 5 da Ordem de Trabalhos: Isenção de taxas de publicidade e OVP no âmbito do surto Coronavírus/Covid-19,
 - Na discussão, intervieram o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Fábio Mousinho Pinto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Gomes, o Sr. eleito Paulo Basílio, da CDU, o Sr. eleito João Tremoço, do PS, a Sra. eleita Célia Duarte, do CDS-PP, a Sra. eleita Lina Baptista, do BE, e o Sr. eleito Fábio Mousinho, da Coligação Mais.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 12 votos a favor. Distribuindo-se da seguinte forma: 6 votos da CDU; 3 votos do PS; 1 voto do BE; 1 voto da Coligação Mais e 1 voto do CDS-PP.
 - O ponto n.º 5 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

- . Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos - transferência de recursos para a freguesia de Vialonga no âmbito da transferência legal de competências municipais para os órgãos da freguesia.
 - Na discussão, intervieram o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Fábio Mousinho Pinto, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, José António Gomes, o Sr. eleito Paulo Basílio da CDU, o Sr. eleito João Tremoço do PS, a Sra. eleita Célia Duarte do CDS-PP, a Sra. eleita Lina Baptista do BE e o Sr. eleito Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 5 votos a favor, distribuindo-se de 3 do PS, um da Coligação Mais e um do CDS-PP; 7 abstenções, distribuindo-se 6 pela CDU e 1 pelo BE.
 - O ponto n.º 6 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria.

